

José Gaston Hilgert
gastoh@uol.com.br

Língua falada e enunciação Spoken language and enunciation

RESUMO - Na análise de textos, não importa saber as condições reais, extralingüísticas, em que a enunciação ocorreu, mesmo porque elas são, em geral, inacessíveis ao analista. Não é a enunciação em si que é objeto de análise, e sim a projeção da enunciação nos enunciados. Pode-se dizer, então, que os gêneros textuais se definem a partir das marcas da enunciação reveladas nos textos. Com base nesse ponto de vista da enunciação, reflete-se aqui sobre algumas noções inerentes ao estudo dos textos falados, com o objetivo de ampliar o âmbito de descrição e, especialmente, de interpretação desses textos.

Palavras-chave: fala, escrita, oralidade, escrituralidade, conversação, enunciação.

ABSTRACT - At the textual analysis it does not matter to know the real extra-linguistic conditions in that the enunciation occurs, since they are commonly inaccessible to the analyzer. It is not the enunciation itself the object of analysis, but the projection of the enunciation in the text. Thus, textual genres are defined and identified from the enunciation marks shown in the texts. Based on this point of view of the enunciation, some notions inherent to the study of the spoken texts are discussed, aiming to enlarge the scope of the description and mainly of the interpretation of these texts.

Key words: speech, writing, orality, scripturality, conversation, enunciation.

Introdução

Se os textos são enunciados, isto é, produtos da enunciação, e se esta se realiza nas interações determinadas pelas práticas sociais dos falantes, então é forçoso admitir que os textos assumem as marcas das condições em que são produzidos. Isso implica que os variados gêneros de textos e as estratégias de formulação que os caracterizam derivam dessas condições. No dizer de Koch e Oesterreicher (1985; 1990; 1994), condições de *proximidade* geram interações que resultam em textos identificados pela *oralidade*, isto é, por marcas próprias das interações faladas. Condições de *distanciamento* engendram textos caracterizados pela *escrituralidade*, isto é, pela ausência, em maior ou menor grau, de traços da fala. Oralidade e escrituralidade são modos de ser dos textos que independem do fato de estes serem falados ou escritos, no sentido medial de fônicos ou gráficos. Ambas, a oralidade e a escrituralidade, podem, então, caracterizar tanto

textos medialmente falados quanto medialmente escritos.

A análise da conversação, em sua vertente lingüístico-textual¹, tem, em princípio, voltado a sua atenção à descrição de textos falados, caracterizados por uma *oralidade prototípica* – conceito que explicaremos adiante –, em interações medialmente faladas. Ela pouco estendeu suas investigações à encenação da oralidade em textos medialmente escritos. A análise dos textos falados não se vincula a uma orientação teórica determinada. Os dados que constituem o seu objeto de investigação podem ser iluminados pelos mais variados fundamentos teóricos, no âmbito da Lingüística e do estudo dos textos, atendendo os diferentes interesses dos pesquisadores.

Posto isso, destacamos neste trabalho alguns aspectos centrais focalizados pela análise da língua falada, segundo uma tradição analítico-descritiva predominantemente orientada pela Lingüística Textual, para olhá-los de um outro lugar teórico, no caso, do ponto de vista da *enunciação*². Limitamo-nos a observar dois aspectos: a

¹ É preciso não esquecer que a Análise da Conversação denomina, inicialmente, um objeto de investigação da etnometodologia. Nesse contexto ela não tem caráter lingüístico, mas é entendida como uma forma básica de organização social, representando uma atividade prática e cotidiana, cujo desenvolvimento depende da auto-organização promovida interacionalmente pelos interlocutores. Mais tarde, acolhida no âmbito dos estudos lingüísticos, a conversação se torna objeto de interesse de diferentes correntes lingüísticas. Segundo Güllich e Mondada (2001, p. 204), “os estudos da língua falada tomam seu impulso cobrindo vários níveis de análise, da fonética e da micro-sintaxe à macro-sintaxe e à pragmática ou à análise do discurso”. Numa concepção ampla de análise do discurso inclui-se a Lingüística Textual, para a qual a conversação constitui um texto falado.

² Nessa perspectiva já foram produzidos trabalhos relevantes, com destaque aos de Barros (2006a; 2006b; 2006c).

forma de se configurar o objeto de investigação dos estudos da língua falada e a concepção de *oralidade* relacionada à de *escrituralidade*, já que esses dois conceitos se determinam mutuamente. Pensamos que estas reflexões poderão contribuir para compreender melhor a natureza das manifestações de *oralidade* nos textos. A fim de estabelecer as bases para essa observação, apresentemos inicialmente noções fundamentais sobre enunciação.

Noções de enunciação

Entendemos por *enunciação* o ato de um sujeito-destinador interagir, em situação de comunicação, com um sujeito-destinatário, implicando essa interação uma manipulação em que ao destinador cabe, em sentido amplo, um fazer persuasivo e ao destinatário um fazer interpretativo. O produto do ato da enunciação, falado ou escrito, é o *enunciado*. “Por oposição à enunciação, entendida como ato de linguagem, o enunciado é o estado dela resultante, independentemente de suas dimensões sintagmáticas (frase ou discurso)” (Greimas e Courtés, s/d, p. 148).

A enunciação se realiza, então, na interação entre um *enunciador* e um *enunciário*. Na comunicação falada face a face, esses papéis enunciativos são exercidos pelos interlocutores, falantes e ouvintes. Na interação escrita, segundo Fiorin (2003, p. 163), “enunciador e enunciário correspondem ao autor e leitor implícitos ou abstratos, ou seja, à imagem do autor e à do leitor construídas pela obra”. Numa concepção mais abrangente, Tatit (2002, p. 205) diz que “o conceito de enunciador deve ser tomado como uma categoria abstrata, cujo preenchimento, numa manifestação específica, faz emergir o que conhecemos como autor, falante, artista, poeta, etc.; a noção de enunciário, igualmente, define-se como categoria por meio da qual se manifestam leitores e fruidores de maneira geral”.

Nessa relação entre enunciador e enunciário não se pode incorrer no equívoco de atribuir ao primeiro o papel ativo de produzir o enunciado e ao outro a passividade da recepção. Ambos constituem, na verdade, o *sujeito da enunciação*, assumindo este a natureza de *co-enunciador*, já que, no dizer de Fiorin (2003, p. 163), “o enunciário, como filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso, pois o enunciador, ao produzir um enunciado, leva em conta o enunciário a quem ele se dirige”.

Pelo fato de a enunciação acontecer em situações comunicativas desencadeadas no âmbito das práticas sociais dos indivíduos, ela assume grandeza histórica e, como tal, é necessariamente realizada por sujeitos, em tempos e espaços determinados. Por isso, a pessoa, o tempo e o espaço constituem as três grandes categorias da enunciação.

Quem enuncia é sempre um *eu* que, ao dizer-se *eu* na interação, institui o *tu*. E é só o *eu* quem diz *tu* e, ao

dizê-lo, institui-se como *eu* no discurso. Nessa perspectiva, o discurso só tem existência por obra dessa natureza complexa do sujeito da enunciação. “O *eu* existe por oposição ao *tu* e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis *eu/tu*” (Fiorin, 1996, p. 41).

O *eu (eu/tu)* enuncia no tempo *agora* e no espaço *aqui*. Esse espaço e esse tempo estão na dependência do *eu*, na medida em que se definem pelo fato de neles ocorrer o ato da enunciação. Portanto, as categorias de espaço e de tempo na língua se definem a partir da categoria pessoa, e o *eu-aqui-agora* do ato da enunciação é ponto de partida para definir todas as demais relações de pessoa, de espaço e de tempo na língua.

Focalizando o texto como produto da enunciação, podemos, com referência a ele, estabelecer três instâncias da enunciação, sempre mantendo a indissociabilidade entre eu e tu. A primeira delas é a relação *enunciador-enunciário*. É a instância da enunciação propriamente dita, *aqui* e *agora*, ocorrência única e irrepitível. É a instância pressuposta pelo enunciado, o que significa dizer que a existência do enunciado se deve ao fato de ele ter sido anteriormente enunciado, isto é, de antes ter ocorrido a enunciação. Esta não mais se realiza no enunciado, mas pode nele estar projetada. Neste caso, quando se instala a enunciação no enunciado, realiza-se a segunda instância da enunciação. Nela o enunciador delega a voz ao *narrador*, estabelecendo-se, então, a relação *narrador-narratário*. Finalmente, a terceira instância da enunciação se revela por meio de uma segunda delegação de voz, do narrador para o interlocutor, estabelecendo-se, então, a relação *interlocutor-interlocutário*. É o que ocorre nas manifestações do discurso direto no enunciado.

Na prática enunciativa, são dois os mecanismos básicos que instauram as categorias da enunciação no enunciado: a *debreagem* e a *embreagem*. A *debreagem* consiste na operação de projetar no enunciado as marcas de pessoa, espaço e tempo, podendo ocorrer, então, três tipos de *debreagem*: a *actancial* (de pessoa), a *espacial* e a *temporal*.

Essas *debreagens* podem ser manipuladas pelo enunciador, na medida em que ele ora marca o enunciado com traços do ato enunciativo, ora apaga essa marcação. Nesse sentido, a *debreagem* pode ser *enunciativa* e *enunciativa*. *Debreagem enunciativa* “é aquela em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*)...” (Fiorin, 1996, p. 44), produzindo, por exemplo, um discurso em primeira pessoa. As escolhas enunciativas vão resultar em efeitos de sentido específicos no texto, como de subjetividade, proximidade e outros conseqüentes desses. Em relação ao tempo e espaço, a *debreagem enunciativa* vai produzir no texto o efeito de sentido da presentificação, como se a enunciação acontecesse, por exemplo, no *aqui* e *agora* do ato da leitura do texto, o

que, evidentemente, é uma ilusão, já que o texto objeto de leitura pressupõe a enunciação anterior. Identificam-se pela enunciatividade textos caracterizados pela oralidade, como conversas informais, *chats* e *e-mails* na internet, cartas particulares, autobiografias. São chamados textos enunciativos.

A debreagem será enunciativa, quando o enunciador opta por não projetar no enunciado os traços da enunciação. São os discursos em terceira pessoa nos quais, embora sejam produtos de uma enunciação de um *eu*, *aqui* e *agora*, estas marcas enunciativas vêm apagadas. Textos marcados pela debreagem enunciativa produzem, entre outros, efeitos de sentido de objetividade e de distanciamento. Caracterizam-se pela enunciatividade textos marcados pela escrituralidade, como trabalhos acadêmicos, reportagens jornalísticas, discursos jurídicos. Os textos enunciativos são considerados objetivos, de informação precisa, livres de opiniões pessoais. Na verdade, porém, como lembra Fiorin (2003, p. 179), “não existem textos objetivos, pois eles são sempre fruto da subjetividade e da visão de mundo de um enunciador. O que há são textos que produzem um efeito de objetividade”.

Um último mecanismo de instauração das categorias da enunciação no enunciado é o da *embreagem*. É um procedimento enunciativo por meio do qual são neutralizadas as oposições dentro de cada uma das categorias da enunciação. Dentro da categoria pessoa, por exemplo, a embreagem consiste em empregar uma pessoa com o valor de outra, ou, na categoria tempo, em usar um tempo com um valor de outro. As manchetes de jornais, por exemplo, costumam evocar uma notícia de ontem por meio de um verbo no presente, conforme destaca este exemplo: “Igreja cria 10 mandamentos para os motoristas católicos” (Folha de S. Paulo, 20 de junho de 2007). Essa prática representa uma embreagem temporal, já que o tempo presente é usado com o valor de pretérito, produzindo um efeito de sentido de presentificação, de trazer a notícia do passado para o tempo do agora, em suma, de criar uma ilusão de enunciatividade.

Quando alguém, ao afirmar a constatação geral do fato de que quando *se* está cansado e estressado, têm-se dificuldades de concentração, diz que “Quando você está cansado, *você* tem dificuldades de se concentrar”, realiza uma embreagem de pessoa, na medida em que emprega a segunda pessoa *você* com o valor de terceira, no caso representada pela forma impessoal “*se*”. Essa operação enunciativa produz o efeito de pessoalização, individualização, o que implica por sua vez um efeito de proximidade e de dinamicidade na relação comunicativa, já que se produz a ilusão de um destinatário específico e singular, que é posto, *aqui* e *agora*, em relação simétrica com o destinatário. Por isso, também neste caso, como ocorreu com o exemplo anterior, a embreagem produz um efeito de enunciatividade, porque encena a relação *eu/tu* no *aqui* e *agora* da enunciação.

Para concluir essa abordagem teórica sucinta sobre enunciação, cabe lembrar ou relembrar que, do ponto de vista desta, o texto é concebido como o produto de um ato de interação lingüística realizado seja pela interação falada, seja pela comunicação escrita. Ao constituir o texto como objeto de estudo, não se estuda, portanto, a fala nem a produção escrita do texto enquanto atividades lingüísticas que se realizam *aqui* e *agora*. O que se estuda é o enunciado enquanto depositário dos procedimentos da enunciação. Aliás, a enunciação, por ser sempre um ato único, singular e irrepitível, nem pode constituir um objeto científico. Resta então, “na impossibilidade de poder estudar diretamente o ato de produção, (...) identificar e descrever *os traços do ato no produto*” (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 30). Tendo em conta esse princípio, observemos agora aspectos dos estudos da conversação à luz das noções sobre enunciação apresentadas.

O texto falado à luz da enunciação

A configuração do objeto de pesquisa em língua falada

Iniciemos apresentando algumas definições do objeto de análise dos estudos da conversação considerada como texto falado e, portanto, incluída no âmbito dos estudos da Lingüística Textual.

De acordo com Schank e Schwitalla (1980, p. 314), um texto, para ser considerado de língua falada, precisa simultaneamente satisfazer às seguintes exigências:

- ser uma formulação *ad hoc* livre, sem preparação detalhada anterior;
- consistir numa fala em situação face a face, de maneira tal que tempo e lugar de produção e recepção coincidam (também conversas telefônicas apresentam essa condição);
- consistir numa fala em situação natural, na qual a atividade de fala em si mesma não é objeto de observação;
- ocorrer na ausência de observadores, não participantes da atividade de fala, os quais possam exercer uma influência inibidora sobre a interação dos falantes.

Segundo Rath, “o processo da produção do texto, com todos os seus desvios, reinícios, repetições e correções é diretamente observável. Pode-se, portanto, atestar que, no âmbito da língua falada, um texto consiste em parte em *produzir o texto como tal* (...)” (1979, p. 20-21, grifos nossos).

E Antos (1982, p. I), considerando fenômenos específicos como interrupções, reinícios, correções, paráfrases, repetições, elipses e outros, destaca o “*status nascendi*” do texto. Isso o leva a conceber os textos

falados como “textos de constituição textual” (*Herstellungstexte*).

Nessas definições, aparece uma identificação do texto falado com o ato da enunciação em si e até com as próprias condições externas de sua produção. Isso fica muito evidente nas duas primeiras exigências estabelecidas por Schank e Schwitallan (1980). Nelas se destaca a produção do texto como atividade desencadeada a partir do momento em que os falantes, encontrando-se em situação face a face, iniciam a interação, e caracterizada por todos os fatores que configuram o contexto lingüístico e extralingüístico da interação. É essa também a interpretação inequívoca da afirmação de Rath de que o texto falado consiste “em produzir o texto como tal” e da proposição de Antos de que a natureza do texto falado está no próprio ato de ele se constituir.

É óbvio que nenhum desses autores está propondo que o objeto da investigação seja a enunciação em si, o *aquí* e *agora* de cada interação. O que na verdade preconizam, embora isso não fique explícito, é que o texto falado para os propósitos da análise da conversação é aquele no qual vêm projetadas as marcas do *aquí* e *agora* de sua produção.

Então, voltando a Schank e Schwitalla, a formulação *ad hoc* livre, a ausência de planejamento prévio e, até mesmo, a condição de os falantes se encontrarem em presença física, face a face, são traços do ato que se deixam depreender no produto. E é por isso que esses traços permitem definir o texto falado como o próprio ato. O mesmo pode-se dizer a respeito das formulações de que o texto falado seja a “constituição do texto como tal”, conforme Rath, ou o texto em “*status nascendi*”, conforme Antos. O que na verdade autoriza essas definições são as marcas que aparecem no objeto de análise e que produzem a ilusão de que o texto está se constituindo ou nascendo *aquí* e *agora*.

Observemos este segmento de fala:

Doc. e.: além desses jantares dançantes festas a senhora vai a alguma outra festividade?

[
Inf. a h : :
também ()... quando (tenho que ir)... sempre é em função dessa socieDAde que meu marido está já está há dez anos... assim:: na diretoria... uma vez ele era tesoureiro... outra vez vice-presiDENTE outra:: agora ele é::... eu dis-

se vice-presidente ainda agora né? Mas não vice-presidente é o outro... ele FOI no ano passado... **ele é:: como é que se diz a pessoa que cuida do CLUbe... que toma:: não é econômico é o que toma conta assim do::... dessa parte:: que ele tem que cuidar das Obras tudo**

Doc. **diretor patrimonial...**

Inf. **di/diretor:: do patrimônio.. é isso... né?** E então a gente:: quando tem também... esses encontros que chamam-se regionais... porque teve esse encontro mundial né? (Hilgert, 1997, p. 98)

A formulação livre *ad hoc*, a ausência de planejamento, a situação face a face, enfim, o *status nascendi* e a constituição do texto como tal são todas condições de produção do texto falado propriamente dito, projetadas no produto dessa produção, por meio de uma série de traços entre os quais se destacam, por exemplo:

- a alternância de turnos, as perguntas dirigidas por um interlocutor ao outro, os sinais do falante do tipo “né”, que vão marcar o caráter dialogal e a interação face a face;
- os alongamentos vocálicos, as pausas (assinados na transcrição, respectivamente pelos sinais [::] e [...]), as interrupções, os abortamentos sintáticos, as correções, todos apontam para a simultaneidade da formulação e do planejamento do texto.

No entanto, mais de qualquer um desses traços, o fato que dá a maior evidência no texto a todas essas condições arroladas é o processo metadiscursivo de busca da palavra adequada, posta em destaque na parte em negrito da transcrição acima. Trata-se, segundo Authier-Revuz (1998), de uma atividade metaenunciativa que se caracteriza por uma “não-coincidência entre as palavras e as coisas” (p. 21)³. Ela ocorre quando o falante se manifesta sobre a adequação ou não de uma palavra que está usando ou, então, quando explícita verbalmente a busca de um elemento lexical. Esse é um processo que em algumas interações evolui de forma tal que o próprio ouvinte é explicitamente interpelado (“como é que se diz”) a sugerir uma formulação. É o que acontece no texto falado aqui em foco, quando o documentador sugere “diretor patrimonial”, formulação que o informante acolhe como sendo aquela que estava buscando⁴. Esse tipo de metaenunciação é um traço no texto que produz o efeito do *aquí* e *agora* da enunciação; o da enunciação enunciativa, na medida em

³ Authier-Revuz (1998) considera a metaenunciatividade uma manifestação de heterogeneidade lingüística, em que o enunciador se desdobra em dois, um que diz e o outro que se pronuncia de alguma forma sobre esse dizer. A autora identifica quatro tipos de metaenunciatividade que ela denomina, na perspectiva da heterogeneidade, de não-coincidências: a não-coincidência interlocutiva, a não-coincidência entre as palavras e as coisas; a não-coincidência do discurso consigo mesmo e, finalmente, a não-coincidência das palavras consigo mesmas.

⁴ Nos textos falados são muito comuns os registros da participação explícita do ouvinte na construção do enunciado do falante. Estudo especificamente voltado a esse procedimento encontra-se em Hilgert (2002).

que envolve relações subjetivas e próximas; o da ausência de qualquer planejamento prévio; o da condição face a face da interação⁵. E todos esses traços, destacados por seus detalhes e por evocarem as características das interações efetivas do dia-a-dia, produzem um efeito de realidade, na medida em que eles permitem atestar que o texto é um registro de uma interação que efetivamente ocorreu. É por isso também que a ausência das marcas desse tipo de metaenunciatividade cria um efeito de não-realidade, de encenação da realidade ou de ficção, como ocorre, por exemplo, nas interações em novelas, em espetáculos teatrais. Nelas costumam estar ausentes as marcas de hesitação referidas, particularmente as inerentes ao processo de busca da formulação adequada.

A importância de destacar que a concepção de texto falado precisa ser definida com base nas marcas enunciativas que o caracterizam reside, primeiramente, no fato elementar de que, em geral, os textos propostos para análise não vêm acompanhados de informações sobre as condições reais, extralingüísticas de sua produção. E quando essas informações estão disponíveis, são vagas e restritas. Em segundo lugar, como já dissemos, o ato de enunciar só pode ser objeto de análise na medida em que ela se mostra, por meio de seus traços, no enunciado. Nessa perspectiva, então, não existe o texto falado, mas sim, como veremos, uma diversidade de textos medialmente falados que se distinguem uns dos outros com base nas diferenças entre as marcas da enunciação neles projetadas. Há inclusive textos que, no seu modo de ser, se aproximam dos falados, mas se apresentam por escrito. Serão eles textos escritos ou falados? Se os olharmos do ponto de vista da enunciação, isto é, se considerarmos as escolhas feitas pelo enunciador na enunciação projetadas no enunciado e os conseqüentes efeitos de sentido que essas escolhas produzem, eles serão falados, embora sejam escritos no que respeita ao meio de sua manifestação. Esse fato implica dois sentidos para fala e, correspondentemente, para escrita. Dessa distinção tratará o tópico seguinte.

Oralidade e escrituralidade

Constatando a imprecisão dos conceitos de fala e escrita nos estudos que põem textos falados e escritos em relação, Koch e Oesterreicher (1985; 1990; 1994), tentam desenvolver bases para distinguir com clareza os fatos que esses dois termos denominam⁶. Inicialmente apontam os autores para a distinção dicotômica fala e escrita, enquanto *meios* de manifestação lingüística, sendo a fala de caráter fônico e a escrita de natureza gráfica. Por outro

lado, observam que esses mesmos termos identificam variedades de textos que se distinguem pela *concepção* que deles têm os usuários da língua no âmbito de suas experiências discursivas. Por exemplo, embora sejam textos escritos (gráficos), os e-mails e os balões de fala das histórias em quadrinhos não sintonizam com a concepção de escrita que os falantes da língua têm, ou seja, eles se aproximam mais de sua concepção de fala. Assim, também, o discurso de inauguração de uma empresa ou uma conferência acadêmica, mesmo que sejam proferidos oralmente (fonicamente), não se enquadram numa concepção de fala. Ao contrário, afinam mais com uma intuição de linguagem escrita.

Com base nessa percepção conceptual do que seja falado ou escrito, os referidos autores preconizam uma distinção entre uma fala e uma escrita *conceptual* e uma fala e uma escrita *medial*. Enquanto *meio*, a relação fala-escrita é dicotômica, isto é, os textos são simplesmente classificados em duas categorias, falados ou escritos. Do ponto de vista *conceptual*, eles se distinguem por serem mais ou menos falados ou mais ou menos escritos, isto é, a sua classificação é escalar. Isso implica que eles se distribuem num *continuum* que vai de um pólo constituído de um gênero marcado pela máxima oralidade – que seria a oralidade prototípica – ao outro pólo em que se situa um gênero caracterizado pela mínima oralidade ou pela ausência de qualquer traço dela. O gênero deste último pólo seria então marcado pela máxima escrituralidade, isto é, pela escrituralidade prototípica. O *continuum* pode ser observado da fala para a escrita ou vice-versa. No pólo da oralidade prototípica ou próximos dele situam-se gêneros do tipo conversa de bar, o *chat* na internet, a conversa telefônica, a carta particular; em torno do pólo da escrita identificam-se gêneros como conferências acadêmicas, trabalhos científicos, textos legais. É importante enfatizar que oralidade e escrituralidade, em sua aceção conceptual, independem do meio em que se manifestam, o que não descarta um vínculo preferencial entre a oralidade prototípica e a manifestação medialmente falada e entre a escrituralidade prototípica e a realização medialmente escrita.

Segundo os autores aqui em foco, quem determina o grau de oralidade e de escrituralidade nos textos são as situações de comunicação. Em termos gerais, situações marcadas pela *proximidade* determinariam a oralidade; situações caracterizadas pela *distância* promoveriam a escrituralidade.

À proximidade e à distância está vinculada uma série de fatores que configuram os interlocutores e suas relações interativas, tais como o grau de privacidade, de

⁵ Um estudo de como as “não-coincidências” propostas por Authier-Revuz podem constituir critérios para ajudar a distinguir oralidade de escrituralidade encontra-se em Hilgert (2006).

⁶ As idéias de Koch e Oesterreicher foram difundidas no Brasil por Marcuschi (2001), particularmente no capítulo I desta obra.

cumplicidade, de envolvimento emocional, de espontaneidade, de cooperação, de dialogicidade. Essas condições vão ser responsáveis pelo uso ora de uma linguagem mais verbal, ora de uma linguagem mais fortemente impregnada de recursos não verbais. Outras condições vão valorizar mais ou menos os aspectos entonacionais nas formulações lingüísticas. Enfim, situações de proximidade e distância vão determinar diferentes formas e estruturas que identificam os mais variados gêneros de textos, entre as quais pode-se destacar, por exemplo, índices de maior ou menor planejamento textual, referências metadiscursivas, seleção lexical, sintaxe paratática ou hipotática.

E aqui voltamos ao enfoque do texto na perspectiva da enunciação. Para o analista do texto importa, na verdade, reconhecer a oralidade e a escrituralidade dos textos nas marcas da enunciatividade ou da enuncividade neles projetadas. A oralidade é constituída pelas debrea-gens enunciativas, na medida em que elas projetam nos enunciados o *aqui e agora* da enunciação, produzindo, assim, efeitos de sentido de proximidade que podem, sim, atestar as condições de produção face a face do curso interacional, ou seja, a proximidade espaço-temporal, mas podem também somente encenar essas condições, na medida em que elementos do texto produzem efeitos de sentido de subjetividade, de privacidade, de envolvimento emocional, de cumplicidade. E para isso, como já dissemos, não importa se o texto é falado ou escrito na acepção medial.

Vejamos, como exemplo, esta carta (bilhete da prisão) de Graciliano Ramos a sua mulher (1994, p. 165).

Heloísa: Vou passando bem. O capitão Mata é um excelente companheiro, e com ele ninguém pode estar triste. Não pretendo voltar a Alagoas. Peça os conselhos de Américo para que as coisas não fiquem muito ruins. Vou ver se consigo trabalhar para o José Olympio ou outro editor. Abraços. Graciliano.

Recebi os troços que você mandou.

A oralidade desse texto se revela por inúmeros índices, a começar pela projeção do *eu/tu e agora* da enunciação no enunciado, atestada no uso da primeira pessoa e no tempo presente do verbo. É marcante também o fato de o narratário vir nominalmente identificado e diretamente interpelado (Heloísa, peça, você) pelo narrador, procedimento que produz um efeito de diálogo, uma ilusão de interação face a face, enfim uma ilusão de oralidade, apesar de o texto ser escrito. Acresça-se ainda a esses traços a escolha lexical “troços”. Ela chega a ser emblemática como marca de oralidade. “Troços” se usa na relação com pessoas conhecidas, íntimas, com quem a gente se dá o direito de ser informal e com as quais se mantém um pacto de cumplicidade.

A brevíssima análise dessa carta mostra que a oralidade *conceptual* preconizada por Koch e Oesterreicher é, do ponto de vista da enunciação, um modo de ser dos

textos, decorrente da enunciação *enunciativa*, e a *proximidade* é, por sua vez, um efeito de sentido produzido por essa oralidade. Efetivamente podem-se chamar a linguagem dos textos marcados pela oralidade como a “linguagem da proximidade”, ou as comunicações por meio deles de “comunicações da proximidade”, mas, nunca é demais enfatizar que, na perspectiva da enunciação, a proximidade não é uma condição externa aos textos na qual eles se produzem, e sim um efeito de sentido que se revela nos textos e que até pode atestar as reais condições de produção dos textos, mas também pode encenar essas condições, produzir uma ilusão de oralidade e de proximidade.

Todas essas considerações sobre a oralidade podem também ser estendidas a uma reflexão sobre a *escrituralidade*. Esta nada mais é do que o aparato formal e estrutural que os textos assumem por força da enunciação enunciativa, que produz textos enuncivos. A enuncividade dos textos, como vimos, caracteriza-se pelo apagamento das marcas da enunciação no enunciado - ocultando ao enunciatário a verdadeira natureza de toda enunciação -, e o efeito de sentido que esse apagamento produz é o distanciamento, com todas as suas implicações, como objetividade, impessoalidade, formalidade. Como já dissemos, há óbvia afinidade entre a escrituralidade digamos extrema, prototípica, e a manifestação em textos medialmente escritos. Mas não menor é a sua afinidade com certos gêneros de textos medialmente falados, como é o caso das aulas, das conferências, dos discursos de toda ordem, festivos ou fúnebres, de chegada ou despedida. Até em textos dialogais a escrituralidade pode-se revelar, como acontece, por exemplo, em muitas passagens dos diálogos nas comissões parlamentares de inquérito, já tão banais no noticiário político do país. Os interlocutores se tratam por *Vossa Excelência*. A proximidade maior fica por conta de *Senhor*. A linguagem tende a ser técnica, objetiva; as estruturas sintáticas vêm, com frequência, marcadas pela hipotaxe, denunciando até a possibilidade de ter havido um planejamento prévio das intervenções dos interlocutores. Os dêiticos e as demais escolhas léxico-sintáticas não apontam para a subjetividade, o envolvimento emocional, a cumplicidade. Em suma, os traços lingüísticos desses textos produzem efeitos de sentido de distanciamento. E distanciamento, aqui, efetivamente não se confunde com a idéia de distância espaço-temporal, já que os interlocutores, nas referidas sessões das CPIs, encontram-se frente a frente.

A esta altura de nossas considerações, o leitor pode-se perguntar: afinal, que interesse têm essas questões sobre oralidade e escrituralidade no estudo da compreensão e interpretação de textos? Reconhecendo que oralidade e escrituralidade são marcas dos discursos que produzem efeitos de sentido de proximidade (subjetividade, envolvimento emocional, cumplicidade, informalidade) e de distanciamento (objetividade, imparcialidade, formalidade) - e não necessariamente evocam proximidade e distanciamento espaço-temporal nem têm vínculos exclu-

sivos com a manifestação medialmente falada ou escrita – , essas marcas devem ser interpretadas à luz da manipulação enunciativa. Como o grande objetivo do enunciador é persuadir o enunciatário, as marcas de oralidade não deixam de ser estratégias de persuasão, numa acepção muito ampla desse termo, para levar a comunicação a bom termo. Não há espaço neste artigo para abrir a discussão sobre a força persuasiva que as variadas formas de representação da oralidade ou da escrituralidade podem exercer nos textos. Isso é assunto para outro artigo.

No entanto, para concluir este trabalho, queremos aqui fazer breves reflexões, a partir de um estudo de Barros (2002) sobre a interação em anúncios publicitários de bancos (instituições bancárias). A autora focaliza um conjunto de anúncios do ponto de vista da instalação das pessoas no discurso. Nesse sentido mostra como o banco (enunciador-destinador) e o cliente (enunciatário-destinatário) são representados por essas pessoas, que efeitos de sentido as diversas representações produzem e qual é a sua possível função argumentativo-persuasiva. No *corpus* estudado pela autora, a relação mais freqüente que ocorreu foi a de *ele* (banco) X *você* (cliente). À luz do referido estudo, observemos essa relação neste texto publicitário (segmento):

No Pan Rio 2007 e na vida. Com você em cada conquista.
Vem.
CAIXA.

(Veja, 2007, edição 2014)

O texto apresenta uma combinação entre a enunciativa e a enunciatividade: o enunciador-destinador (Caixa) se apresenta em 3ª pessoa, enquanto que o enunciatário-destinatário (cliente) é identificado pela 2ª pessoa (você, vem). A 3ª pessoa, por ocultar a natureza do fazer enunciativo no enunciado, traz para o texto a *escrituralidade*, com o correspondente efeito de sentido de distanciamento. Já a 2ª pessoa, na medida em que, por meio dela, há uma interpelação do interlocutor, projeta no texto o *eu/tu* da enunciação, marcando o texto com o traço da *oralidade*, produzindo o efeito de proximidade, de subjetividade, de informalidade, efeito este que vem particularmente reforçado pela infração gramatical “vem”.

Nas relações argumentativas entre banco e cliente, a 3ª pessoa, como efeito de sentido de distanciamento, configura o banco como instituição e confere-lhe certa aura de mistério, de força, de poder, qualidades que lhe são importantes para que o cliente o considere competente, de confiança e com credibilidade. Já a 2ª pessoa revela que a posição de distanciamento do banco interessa para uma finalidade, mas não para outra, ou seja, ela não pode levar ao afastamento do cliente. O banco precisa dele para seus interesses e, por isso, tenta atraí-lo, comunicando-se como ele de forma direta, pessoal, informal, num tom de cumplicidade e comprometimento, criando-se uma

ilusão de simetria entre os dois interlocutores. Portanto, para certas funções comunicativas, o poder persuasivo está no recurso à escrituralidade, para outras é preciso recorrer às artimanhas da oralidade. Isso vale tanto para o texto medialmente escrito, como é este que analisamos, quanto para o texto medialmente falado.

Considerações finais

Neste estudo, o objetivo foi olhar do ponto de vista da enunciação aspectos inerentes aos estudos dos textos falados. Alguns aspectos devem ser destacados nas considerações feitas: (a) os textos falados não devem ser concebidos a partir das condições externas que os geram, mas sim com base nas marcas que essas condições projetam na formulação dos textos; (b) oralidade e escrituralidade são modos de ser dos textos resultantes de diferentes procedimentos enunciativos, e a proximidade e o distanciamento são, respectivamente, seus efeitos de sentido; (c) embora o objeto de investigação dos estudos da língua falada tenha sido, historicamente, a oralidade prototípica dos textos medialmente falados, esse objeto pode ser ampliado para textos medialmente escritos, nos quais uma oralidade mais ou menos prototípica é encenada. Descortinam-se, nesta última perspectiva, amplos horizontes de estudo, como é o da oralidade em textos literários e ficcionais em geral, e o da mudança de tradições discursivas, estudo de natureza diacrônica que poderia eventualmente atestar a evolução de uma tradição escritural de certos gêneros de textos para a sua realização atual marcada, em maior ou menor grau, pela oralidade, com todas as suas causas e efeitos.

Referências

- ANTOS, G. 1982. *Grundlagen einer Theorie des Formulierens*. Tübingen, Max Niemeyer, 216 p.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1998. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, Unicamp, 200 p.
- BARROS, D.L.P. 2002. Interação em anúncios publicitários. In: D. PRETI (org.), *Interação na fala e na escrita*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, vol. 5, p. 17-44.
- BARROS, D.L.P. 2006a. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: D. PRETI (org.), *Fala e escrita em questão*. 3ª ed., São Paulo, Humanitas, vol. 1, p. 57-77.
- BARROS, D.L.P. 2006b. Procedimentos e recursos discursivos da conversação. In: D. PRETI (org.), *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. 3ª ed., São Paulo, Humanitas, v. 1, p. 46-49.
- BARROS, D.L.P. 2006c. Efeitos da oralidade no texto escrito. In: D. PRETI (org.), *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, v. 8, p. 57-84.
- FIORIN, J.L. 1996. *As astúcias da enunciação*. São Paulo, Ática, 318 p.
- FIORIN, J.L. 2003. Pragmática. In: J.L. FIORIN (org.), *Introdução à lingüística: princípios de análise*. São Paulo, Contexto, v. 2, p. 161-185.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2007. Igreja cria 10 mandamentos para os motoristas católicos. Caderno Mundo. São Paulo, 20 de junho de 2007.

- GREIMAS, A.J. e COURTÉS, J. (s/d). *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix, 493 p.
- GÜLICH, E. e MONDADA, L. 2001. Konversationsanalyse. In: G. HOLTUS; M. METZELTIN e C. SCHMITT (eds.), *Lexikon der romanistischen Linguistik*. Tübingen, Max Niemeyer, v. 1, p. 196-252.
- HILGERT, J.G. (org.). 1997. *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre: diálogos entre informante e documentador*. Passo Fundo / Porto Alegre, Ediupf e Editora da UFRGS, 222 p.
- HILGERT, J.G. 2002. A colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante – um caso de interação intraturno. In: D. PRETI (org.), *Interação na fala e na escrita*. São Paulo, Humanitas – FFLCH/USP, v. 5, p.89-124.
- HILGERT, J.G. 2006. O falante como o observador de suas próprias palavras: retomando aspectos metadiscursivos na construção do texto falado. In: D. PRETI (org.), *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo, Humanitas, v. 8, p. 161-185.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. 1980. *L' énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris, Armand Colin, 290 p.
- KOCH, P. e OESTERREICHER, W. 1985. Sprache der Nähe– Sprache der Distanz. *Romanistisches Jahrbuch*, 36:15-43.
- KOCH, P. e OESTERREICHER, W. 1990. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen, Niemeyer. 266 p.
- KOCH, P. e OESTERREICHER, W. 1994. Funktionale Aspekte der Schriftkultur. In: H. GÜNTHER e O. LUDWIG (eds.), *Schrift und Schriftlichkeit*. Berlin/Nova Iorque, Walter de Gruyter, v. 1, p. 588-604.
- MARCUSCHI, L.A. 2001. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo, Cortez, 133 p.
- RAMOS, G. 1994. *Cartas*. Rio de Janeiro, Record, 225 p.
- RATH, R. 1979. *Kommunikationspraxis: Analysen zur Textbildung und Textgliederung im gesprochenen Deutsch*. Göttingen, Vandenhoeck e Ruprecht, 252 p.
- SCHANK, G. e SCHWITALLA, J. 1980. Gesprochene Sprache und Gesprächsanalyse. In: H. P. ALTHAUS; H. HENNE e H. E. WIEGAND. *Lexikon der Germanistischen Linguistik*. 2ª ed., Tübingen, Max Niemeyer, v. 2, p. 313- 322.
- TATIT, L. 2002. A linguagem do texto. In: J.L. FIORIN (org.), *Introdução à lingüística: objetos teóricos*. São Paulo, Contexto, v. 1, p.187-209.
- VEJA. 2007. Pan 2007: guia completo. Edição 2014, 27 de junho de 2007.

Submetido em: 06/07/2007

Aceito em: 20/07/2007

José Gaston Hilgert

Universidade Mackenzie (UPM)

São Paulo, SP, Brasil